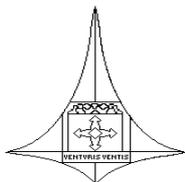




ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

AGOSTO/2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

CIRCULAÇÃO INTERNA

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

AGOSTO/2017

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	12
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	25
ARRECADAÇÃO DO ISS	26
SÉRIES HISTÓRICAS	34

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de agosto e ao período de janeiro a agosto de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 11/09/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 05/09/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de agosto e no período de janeiro a agosto de 2017, em relação a igual período de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 19 de setembro de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de agosto de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.249,3 milhões em valores correntes. No confronto com agosto de 2016, aponta-se acréscimo nominal de 5,9%, que corresponde a um acréscimo real de 4,1%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de agosto discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 11/09/2017

VALORES EM R\$ MIL

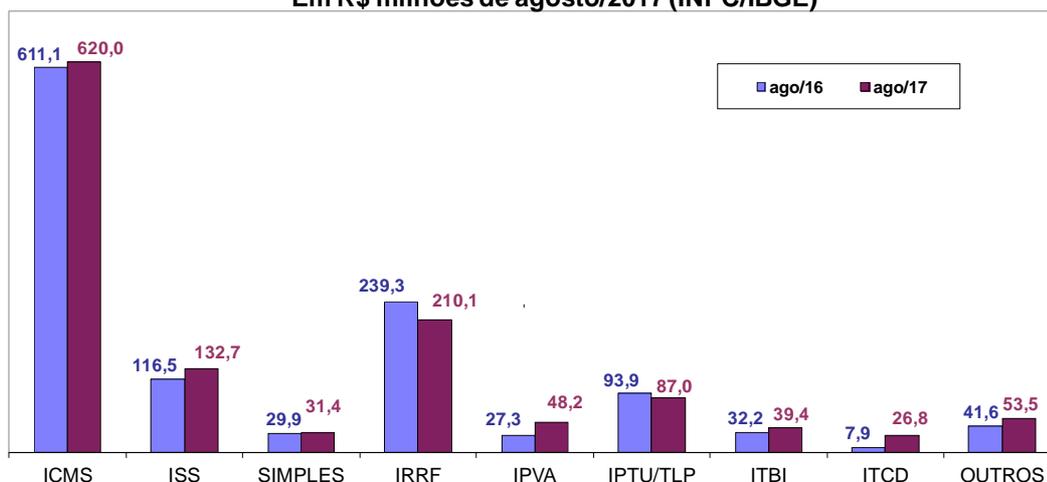
ITEM	ago/17 (a)	ago/16 (b)	agosto/2016 pelo INPC/IBGE (c)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em agosto/17
				(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	619.989	600.686	611.087	+19.303	+3,2%	+8.902	+1,5%	49,6%
ISS	132.738	114.509	116.491	+18.229	+15,9%	+16.246	+13,9%	10,6%
SIMPLES	31.398	29.421	29.930	+1.978	+6,7%	+1.468	+4,9%	2,5%
IRRF	210.149	235.198	239.270	-25.049	-10,6%	-29.121	-12,2%	16,8%
IPVA	48.178	26.819	27.284	+21.359	+79,6%	+20.894	+76,6%	3,9%
IPTU/TLP	87.032	92.253	93.851	-5.221	-5,7%	-6.818	-7,3%	7,0%
ITBI	39.405	31.639	32.187	+7.766	+24,5%	+7.218	+22,4%	3,2%
ITCD	26.836	7.786	7.921	+19.050	+244,7%	+18.915	+238,8%	2,1%
Outras Taxas	6.227	6.729	6.845	-502	-7,5%	-619	-9,0%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	1.201.952	1.145.039	1.164.866	+56.912	+5,0%	+37.085	+3,2%	96,2%
Dívida Ativa	25.608	19.182	19.514	+6.426	+33,5%	+6.094	+31,2%	2,0%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	7.912	5.341	5.433	+2.571	+48,1%	+2.479	+45,6%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	13.799	9.635	9.802	+4.164	+43,2%	+3.997	+40,8%	1,1%
Total das Outras Receitas (B)	47.319	34.158	34.749	+13.162	+38,5%	+12.570	+36,2%	3,8%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.249.271	1.179.197	1.199.616	+70.074	+5,9%	+49.655	+4,1%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Em relação ao desempenho real da arrecadação tributária em agosto de 2017 frente a agosto de 2016, verificaram-se acréscimos da maioria dos tributos, destacando-se o ITCD com 238,8% (+R\$ 18,9 milhões), em virtude de doação pontual ocorrida envolvendo a área hospitalar, o IPVA com 76,6% (+R\$ 20,9 milhões), o ITBI com 22,4% (+R\$ 7,2 milhões) e o ISS com 13,9% (+R\$ 16,2 milhões).

Em sentido contrário, foram observados decréscimos reais de arrecadação tributária do IRRF na ordem de 12,2% (-R\$ 29,1 milhões) e do IPTU/TLP na ordem de 7,3% (- R\$ 6,8 milhões).

**Arrecadação em agosto/2017 contra agosto/2016
Em R\$ milhões de agosto/2017 (INPC/IBGE)**



No resultado acumulado no período de janeiro a agosto de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 10.130,0 milhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 2,9% e a um decréscimo real de 0,5%, em relação ao mesmo período de 2016. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

**DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017
Dados SIGGO em 11/09/2017**

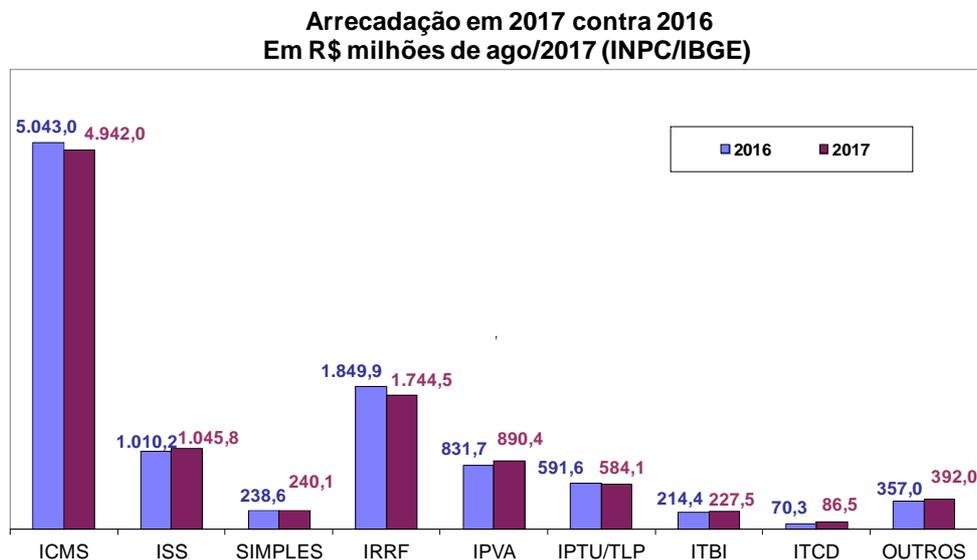
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2017 (a)	2016 (b)	2017 pelo INPC/IBGE (c)	2016 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	4.930.364	4.859.676	4.942.018	5.043.043	+70.688	+1,5%	-101.025	-2,0%	48,7%
ISS	1.043.269	973.403	1.045.797	1.010.244	+69.866	+7,2%	+35.553	+3,5%	10,3%
SIMPLES	239.497	229.825	240.075	238.587	+9.672	+4,2%	+1.488	+0,6%	2,4%
IRRF	1.740.851	1.784.838	1.744.474	1.849.911	-43.987	-2,5%	-105.437	-5,7%	17,2%
IPVA	887.387	797.933	890.418	831.736	+89.454	+11,2%	+58.682	+7,1%	8,8%
IPTU/TLP	583.505	576.749	584.116	591.643	+6.756	+1,2%	-7.527	-1,3%	5,8%
ITBI	227.081	207.131	227.532	214.443	+19.950	+9,6%	+13.089	+6,1%	2,2%
ITCD	86.330	67.561	86.464	70.282	+18.768	+27,8%	+16.182	+23,0%	0,9%
Outras Taxas	52.886	54.752	52.990	56.733	-1.866	-3,4%	-3.743	-6,6%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	9.791.170	9.551.869	9.813.882	9.906.622	+239.301	+2,5%	-92.740	-0,9%	96,7%
Dívida Ativa	198.005	175.583	198.395	182.054	+22.422	+12,8%	+16.341	+9,0%	2,0%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	66.627	51.899	66.749	53.808	+14.729	+28,4%	+12.940	+24,0%	0,7%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	73.752	62.209	73.898	64.395	+11.543	+18,6%	+9.503	+14,8%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	338.384	289.691	339.042	300.258	+48.694	+16,8%	+38.784	+12,9%	3,3%
Total da Arrecadação (A) + (B)	10.129.555	9.841.559	10.152.924	10.206.880	+287.995	+2,9%	-53.956	-0,5%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Na comparação acumulada no período de janeiro a agosto de 2017 com o correspondente período de 2016, foram observados acréscimos reais de 23,0% do ITCD (+R\$ 16,2 milhões), de 7,1% do ISS (+R\$ 58,7 milhões) e de 3,5% do ISS (+R\$ 35,6 milhões). Por outro lado, foram registradas quedas

reais de arrecadação de 5,7% do IRRF (- R\$ 105,4 milhões) e de 2,0% do ICMS (-R\$ 101,0 milhões).



O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras – manteve trajetória de queda pelo sexto mês consecutivo, recuando 0,12% entre julho e agosto. Em 2017, o resultado do último mês implica queda acumulada de 0,5% no preço dos imóveis residenciais, em boa medida, por conta do recuo nos preços em cidades, como Fortaleza, Rio de Janeiro e Niterói. Individualmente, 14 das 20 cidades pesquisadas apresentaram recuo no preço de venda dos imóveis entre julho e agosto, com destaque para Distrito Federal (-0,58%), Rio de Janeiro (-0,53%) e Goiânia (-0,49%).

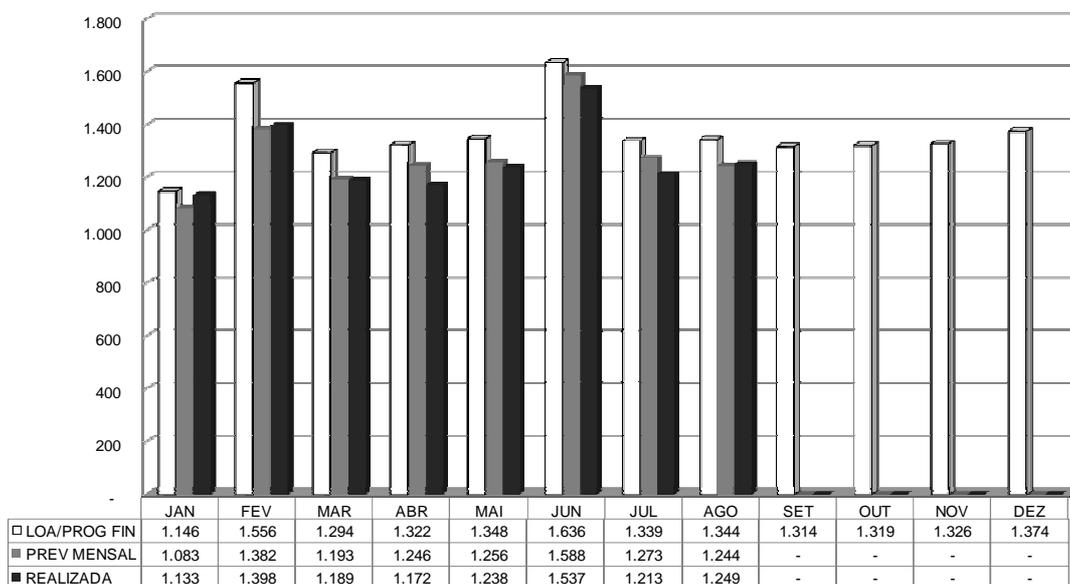
Considerando os últimos 12 meses, o Índice FipeZap manteve-se praticamente estável (-0,07%). Nesse horizonte de análise, 11 das 20 cidades pesquisadas apresentam recuo nominal no preço de venda, com destaque para Fortaleza (-3,24%), Rio de Janeiro (-2,94%) e Distrito Federal (-2,75%). Por outro lado, entre as cidades que registram alta no preço médio de venda, apenas em Belo Horizonte (+5,13%) e Florianópolis (+3,03%) as variações observadas superaram a inflação acumulada no período. Como resultado, o preço médio de venda de imóveis residenciais nas 20 cidades analisadas

acumula queda real de 2,71% nos últimos 12 meses. Em agosto de 2017, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.643/m². Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m² mais caro do país (R\$ 9.975), seguida por São Paulo (R\$ 8.696) e Distrito Federal (R\$ 8.297). Já as cidades com menor valor médio por m² foram Contagem (R\$ 3.530), Goiânia (R\$ 4.098) e Vila Velha (R\$ 4.642).

Em que pese a tendência de queda nos preços de imóveis residenciais, a arrecadação do ITBI no DF continua a ter um resultado positivo, apresentando aumento real de 6,1% (+R\$ 13,1 milhões) no acumulado do período de janeiro a agosto de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/programação financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.

**RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - 2017
EM R\$ MILHÕES**



A receita realizada em agosto de 2017 ficou acima da considerada na previsão mensal em R\$ 5,5 milhões, que correspondeu a um desvio positivo de 0,44% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de agosto, ocorreu frustração de R\$ 94,6 milhões. Foram discriminados os

desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, sendo que os negativos mais relevantes foram o ICMS (-R\$ 62,0 milhões), o IRRF (-R\$ 68,6 milhões) e o IPTU/TLP (-R\$ 18,9 milhões), conforme quadro abaixo.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - AGOSTO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	580.544	681.973	619.989	39.445	(61.983)
ISS	112.137	139.519	132.738	(5.467)	(1.787)
SIMPLES	36.865	33.185	31.398	(5.467)	(1.787)
IRRF	278.795	278.795	210.149	(68.646)	(68.646)
IPVA	43.156	12.360	48.178	5.022	35.818
IPTU/TLP	101.108	105.920	87.032	(14.076)	(18.888)
ITBI	33.920	39.065	39.405	5.485	340
ITCD	8.284	8.626	26.836	18.552	18.209
OUTRAS TAXAS	8.372	7.766	6.227	(2.146)	(1.540)
RECEITA TRIB TOTAL	1.203.183	1.307.210	1.201.952	(1.231)	(105.258)
DÍVIDA ATIVA	25.794	24.776	25.608	(186)	832
M/J DÍVIDA ATIVA	5.809	6.232	7.912	2.103	1.679
M/J TRIBUTOS	9.006	5.661	13.799	4.793	8.139
TOTAL OUTRAS REC	40.609	36.669	47.319	6.711	10.650
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	1.243.792	1.343.879	1.249.271	5.479	(94.608)

No acumulado do período de janeiro a agosto de 2017, ocorreu desvio negativo de realização frente à previsão mensal na ordem de R\$ 135,0 milhões, explicado em larga medida pelos desvios negativos ocorridos com o IRRF (-R\$ 271,2 milhões), o IPTU/TLP (-R\$ 43,4 milhões), o SIMPLES (-R\$ 23,6 milhões) e o ITBI (-R\$ 17,2 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o IPVA (+R\$ 84,0 milhões), o ICMS (+R\$ 46,0), o ISS (+R\$ 27,0 milhões) e o ITCD (+R\$ 25,2 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista acumulada no período de janeiro a agosto de 2017 para LOA/Programação Financeira em relação à receita realizada, houve déficit no montante de R\$ 854,9 milhões. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R\$ 502,3 milhões), no IRRF (-R\$ 271,2 milhões) e no IPTU/TLP (-R\$ 82,3 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,32% utilizado na previsão mensal de agosto de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento de parte da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF – FEF/DF contribuem para o desvio observado.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A AGOSTO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	4.884.463	5.432.635	4.930.364	45.901	(502.271)
ISS	1.016.451	1.049.009	1.043.269	26.819	(5.740)
SIMPLES	263.077	266.207	239.497	(23.580)	(26.710)
IRRF	2.012.081	2.012.081	1.740.851	(271.230)	(271.230)
IPVA	803.587	894.552	887.387	83.799	(7.165)
IPTU/TLP	626.893	665.786	583.505	(43.388)	(82.280)
ITBI	244.273	244.784	227.081	(17.192)	(17.703)
ITCD	61.141	69.285	86.330	25.188	17.045
OUTRAS TAXAS	57.205	58.211	52.886	(4.319)	(5.325)
RECEITA TRIB TOTAL	9.969.171	10.692.549	9.791.170	(178.001)	(901.379)
DÍVIDA ATIVA	189.889	197.174	198.005	8.116	831
M/J DÍVIDA ATIVA	47.019	53.907	66.627	19.608	12.720
M/J TRIBUTOS	58.501	40.795	73.752	15.251	32.957
TOTAL OUTRAS REC	295.410	291.875	338.384	42.975	46.509
TOTAL DA ARRECAÇÃO	10.264.581	10.984.424	10.129.555	(135.026)	(854.870)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Indicador	Unidade	Fonte	jul/16	jun/17	jul/17	acum. ano	últ. 12 meses	Projeção 2017
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,52%	-0,23%	0,24%	1,43%	1,43%	3,08%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,53%	-0,22%	0,28%	1,51%	3,79%	nd
SELIC (a.a)	Em % a.a.	BACEN	14,15%	10,15%	9,15%	nd	nd	7,00%
PIB BRASIL	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN	nd	nd	nd	nd	0,30%	0,60%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	0,55%	0,55%	0,41%	0,14%	1,41%	nd
Taxa de desemprego no DF	Em %	CODEPLAN	17,8%	19,9%	19,5%	nd	nd	nd
FipeZap ampliado (Venda, 20 cidades; 2)	variação %	Fipe	0,05%	-0,15%	-0,12%	-0,38%	-0,07%	nd
FipeZap DF (2)	variação %	Fipe	-0,14%	-0,47%	-0,58%	-2,03%	-2,75%	nd
Preço médio imóvel DF (2)	R\$/m ²	Fipe	8.560	8.345	8.297	nd	nd	nd
Venda combustíveis no DF	var % mês/mês ant	ANP	-0,96%	-0,91%	-0,84%	0,43%	-1,58%	nd
Produção industrial Brasil (PIM-PF; 2)	var % mês/mês ant	IBGE	0,10%	0,00%	0,80%	0,80%	-1,1%	nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ano ant.	IBGE	0,4%	2,2%	0,0%	1,9%	0,9%	nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - DF	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-8,5%	9,9%	2,1%	1,4%	-1,2%	nd
Consumo de energia elétrica - DF	MWh	EPE	-3,56%	1,76%	-5,94%	-4,07%	-1,68%	nd
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês ant	Fenabreve	5,35%	-0,31%	-5,20%	20,05%	6,43%	0
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv	-3,07%	-1,83%	-7,24%	-1,28%	-8,56%	nd

Notas: 1. Projeção para 2017 divulgada no Boletim Focus de 15/09/2017;

2. Os índices FipeZap e o preço médio do imóvel referem-se ao mês seguinte;

3. O índice refere-se à indústria geral.

PIB

Em 01/09/2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre deste ano ficou em 0,2%, surpreendendo os analistas, pois o esperado era que ficasse estagnado (0%). Com isso, no ano contra ano, verificou-se crescimento de 0,3%. Os destaques ficaram por conta do setor de serviços, com crescimento de 0,6%. A indústria, por outro lado, caiu 0,5%, e os investimentos também seguem sofrendo, com queda de 0,7%.

Após a divulgação desse resultado, os analistas do mercado financeiro seguem melhorando suas expectativas para o desempenho da economia e elevaram a projeção para o crescimento do PIB deste ano, com a estimativa de

expansão para 0,60% (há quatro semanas era +0,34% e na semana anterior, +0,50%) e para 2,20% em 2018, segundo o boletim Focus divulgado em 18/09 pelo Banco Central (BC).

IBC-Br

Em 14/09, o BC divulgou que o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) teve alta de 0,41% em julho, na comparação com junho. O resultado foi calculado após ajuste sazonal (uma espécie de "compensação" para comparar períodos diferentes). Contra julho de 2016, o IBC-Br registrou alta de 1,41%. Nesse caso, a comparação foi feita sem ajuste sazonal, uma vez que considera períodos iguais.

As estimativas das 16 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo jornal Valor Econômico para o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) iam de redução de 0,2% a expansão de 0,41%.

A leitura ficou abaixo do avanço de 0,55% visto em junho, em dado revisado pelo BC, mas foi bem melhor do que a expectativa em pesquisa da Reuters de avanço de 0,10% na mediana das projeções dos especialistas consultados.

Em julho, a produção industrial mostrou força ao expandir 0,8% ante junho, no melhor desempenho para o mês em três anos, enquanto na comparação com julho de 2016, o índice apresentou avanço de 1,48%. No acumulado em 12 meses, houve queda de 1,37%, sempre em números dessazonalizados.

O IBC-Br registrou crescimento em cinco dos sete primeiros meses deste ano. Houve alta em janeiro (+0,52%), fevereiro (+1,44%) e abril (+0,19%), junho (+0,55%) e julho (+0,41%), mas recuo em março (-0,41%) e maio (-0,28%) deste ano.

IPCA

Segundo dados divulgados em 06/09 pelo IBGE, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,19% no mês de agosto em relação a

julho. Para os meses de agosto, foi a menor variação desde 2010 (0,04%). Em agosto de 2016, o índice havia registrado variação de 0,44%.

No ano, o acumulado foi de 1,62%, bem abaixo dos 5,42% registrados em agosto de 2016. Este foi o menor acumulado no ano para um mês de agosto desde a implantação do Plano Real em 1994. No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA desacelerou para 2,46%, resultado inferior aos 2,71% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Essa foi a menor variação acumulada em 12 meses desde fevereiro de 1999 (2,24%). O índice está abaixo do piso da meta de inflação estipulada pelo governo, que é de 3% ao ano (1,5 ponto percentual abaixo do centro da meta, que é de 4,5% ao ano).

O maior impacto no sentido da alta da inflação veio do grupo transportes (1,53%), com destaque para os combustíveis (6,67%), em especial para o litro do etanol que ficou, em média, 5,71% mais caro. Já a gasolina subiu 7,19%, em razão do aumento na alíquota do PIS/Cofins, em vigor desde julho, e da política de reajustes de preços dos combustíveis. Dentro do período de coleta do IPCA de agosto, segundo o IBGE, foram anunciados 19 reajustes de preços da gasolina.

No Boletim Focus de 18/09, os analistas consultados pelo BC preveem que o IPCA tenha alta de 3,08% neste ano e de 4,12% em 2018, ante 3,14% e 4,15%, respectivamente, previstos no relatório anterior, enquanto o grupo de instituições que mais acertam as previsões para o boletim Focus (Top 5) revisou a estimativa para números ainda menores: de 3,15% para 2,84% em 2017 e de 4,19% para 4,14% de aumento em 2018.

SELIC

Pela oitava vez seguida, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduziu, por unanimidade, ao final da reunião de 06/09, os juros básicos da economia (taxa Selic) em 1 ponto percentual, de 9,25% ao ano para 8,25% ao ano. Com mais essa redução, a Selic chega ao menor nível desde outubro de 2013, quando estava em 9% ao ano. De outubro de 2012 a abril de 2013 a taxa foi mantida em 7,25% ao ano, no menor nível da história, e

passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Somente em outubro do ano passado, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia.

Como se sabe, a redução da taxa Selic estimula a economia porque juros menores barateiam o crédito e estimulam a produção e o consumo em um cenário de baixa atividade econômica.

No Boletim Focus divulgado em 18/09, a previsão dos economistas das instituições financeiras é de que a taxa básica de juros continue a recuar nos próximos meses, ficando em 7,00% ao final deste ano, mantendo-se nesse patamar ao final de 2018.

TAXA DE DESEMPREGO

No trimestre encerrado em julho, o desemprego ficou em 12,8%, segundo dados divulgados pelo IBGE, representando uma queda em relação ao trimestre encerrado em abril, quando a taxa estava em 13,6%.

Os dados são da Pnad Contínua, pesquisa oficial sobre trabalho e rendimento do IBGE que, a cada trimestre, visita 211.344 domicílios em cerca de 3.500 municípios.

Ainda que em queda, o desemprego continua mais alto que o verificado há um ano. Como no trimestre encerrado em julho de 2016 a taxa era de 11,6%, estimava-se que havia 11,8 milhões de desocupados, um milhão e meio de pessoas a menos que o registrado nos dados mais recentes.

No Distrito Federal, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF) divulgada em 30/08 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), a taxa de desemprego total diminuiu de 19,9% em junho para 19,5% em julho. O número total de desempregados foi estimado em 320 mil, o que representa uma redução de 9 mil pessoas em relação ao mês anterior.

Entre julho de 2016 e julho de 2017, a taxa de desemprego total aumentou ao passar de 17,8% para 19,5%, tendo o contingente de desempregados aumentado em 45 mil pessoas.

Nesse período, o nível de ocupação aumentou (4,1%, ou 52 mil), resultado de acréscimos no Comércio (5,9%, ou 13 mil), nos Serviços (3,1%, ou 29 mil) e na Indústria de Transformação (13,6%, ou 3 mil), e da redução na Construção Civil (-8,1%, ou -5 mil) e na Administração Pública (-13,4%, ou -28 mil).

ARRECAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de agosto de 2017 ingressos de R\$ 620,0 milhões em valores correntes. No comparativo ao mesmo mês do ano anterior apurou-se acréscimo nominal de 3,2% e expansão real de 1,5%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do segundo quadrimestre de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 4.930,4 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 1,5%, mas decréscimo real de 2,0% em relação a igual período de 2016.

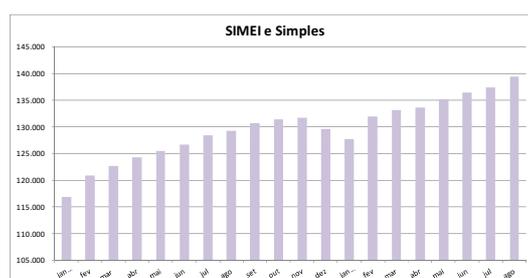
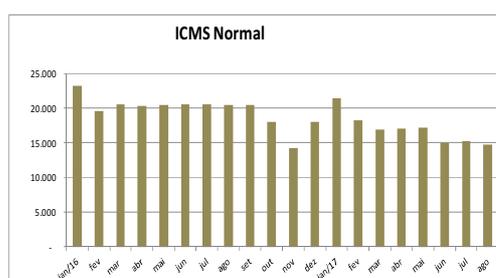
Em agosto de 2017, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 159.020 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Após a involução de 892 contribuintes observada em junho, depreendemos expansões de 1.260 e 1.586 novas adesões em julho e agosto, respectivamente. Do total de inscritos, 87,7% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 46.712 e 92.735 contribuintes, respectivamente.

Neste mês, houve aumento de contribuintes do ICMS em todas as Agências de Atendimento, com destaque para Agência de Taguatinga que registrou elevação de 461 contribuintes, superando em 205 novas inscrições a segunda colocada, Agência Brasília.

AGOSTO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	12	5	3		1			30
2) Regime Normal de Apuração	537	3.365	1.185	1.871	1.204	447	2.227	568	3.224	143	14.771
3) PRO-DF Logístico											
4) Regime Especial de Refeições	5	205	6	114	1	2	50	2	49		434
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		13			1		5		20
6) Revendedor Porta-a-Porta				23							23
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.360	16.107	13.709		13.696	5.600	8.313	5.782	22.150	2.018	92.735
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.150	11.572	4.763	15	4.740	1.974	6.031	2.367	12.446	654	46.712
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				959							959
10) Telecomunicações-Centralizada				63							63
11) Telecomunicações - Centralizadora			1	7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	7	13	9	3.220	5		2		5		3.261
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2			1		1		4
TOTAL	8.060	31.266	19.677	6.299	19.651	8.026	16.625	8.720	37.880	2.816	159.020
PARTICIPAÇÃO	5,07%	19,66%	12,37%	3,96%	12,36%	5,05%	10,45%	5,48%	23,82%	1,77%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	1,12%	0,83%	0,86%	0,45%	1,21%	1,02%	1,06%	0,97%	1,23%	0,32%	1,01%

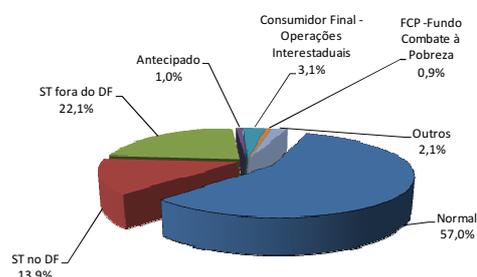
Fonte: CCALT/SUREC, em 31/08/2017.

Conforme as figuras abaixo, observa-se que ao longo do exercício de 2017, por via de regra, houve trajetória decrescente no quadro de contribuintes do regime de apuração Normal em favor dos optantes pelo regimes simplificados SIMEI e Simples Nacional.



No entanto, analisando a composição do ICMS por situação de recolhimento em agosto de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 57,0%, seguido do total da Substituição Tributária fora e no DF, com 36,0%, representando 93% da receita total do imposto. No comparativo ao observado em agosto de 2016, vale salientar que o aumento da fatia concernente ao conjunto das substituições ampliou-se em quatro pontos percentuais em detrimento a queda de cinco pontos para o ICMS Normal.

ICMS por Situação de Recolhimento
agosto de 2017



ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (ago/17)
	ago/17	jan-ago/17	ago/16	jan-ago/16		
Normal	353.243	2.875.087	378.588	3.132.251	-6,7%	57,0%
ST no DF	86.032	689.101	73.304	615.666	17,4%	13,9%
ST fora do DF	137.159	1.065.302	122.401	975.287	12,1%	22,1%
Antecipado	6.285	54.878	8.574	104.631	-26,7%	1,0%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	19.486	144.756	13.193	95.321	47,7%	3,1%
FCP ²	4.523	38.797	4.815	40.658	-6,1%	0,7%
Outros ³	13.261	74.097	10.212	79.229	29,9%	2,1%
Total da Arrecadação	619.989	4.942.018	611.087	5.043.043	1,5%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e QlikView para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

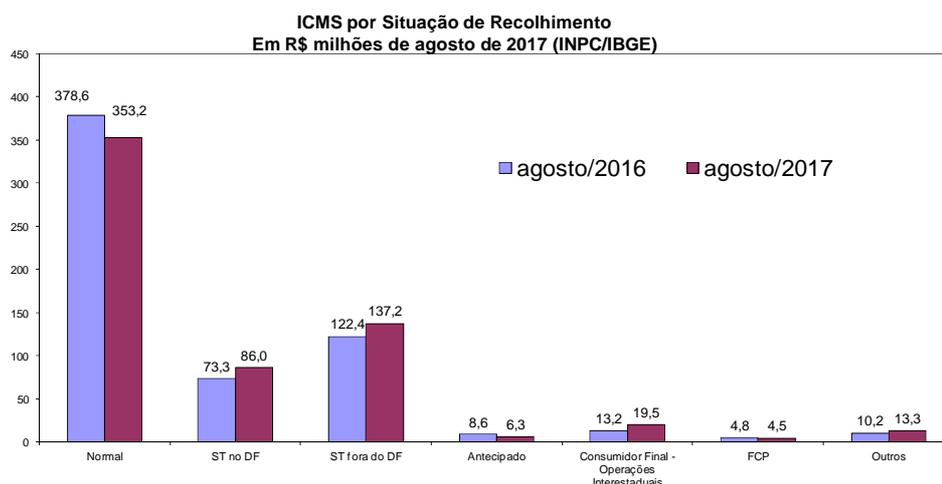
Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, energia elétrica, transporte e comunicação.

Delineando o acréscimo real de R\$ 8,9 milhões na receita total do ICMS em agosto de 2017 na comparação com agosto de 2016 pelos principais itens de receita do tributo, depreende-se que o aumento real de R\$ 27,5 milhões registrada na substituição tributária suplantou o desempenho negativo de R\$ 25,3 milhões auferidos pelo ICMS Normal. Ademais, a modalidade “Consumidor Final – Operações Interestaduais” registrou expressivo aumento real (+R\$ 6,3 milhões). Porém, houve queda no ICMS Antecipado (-R\$ 2,3 milhões) e no Fundo de Combate à Pobreza (-R\$ 0,3 milhão).

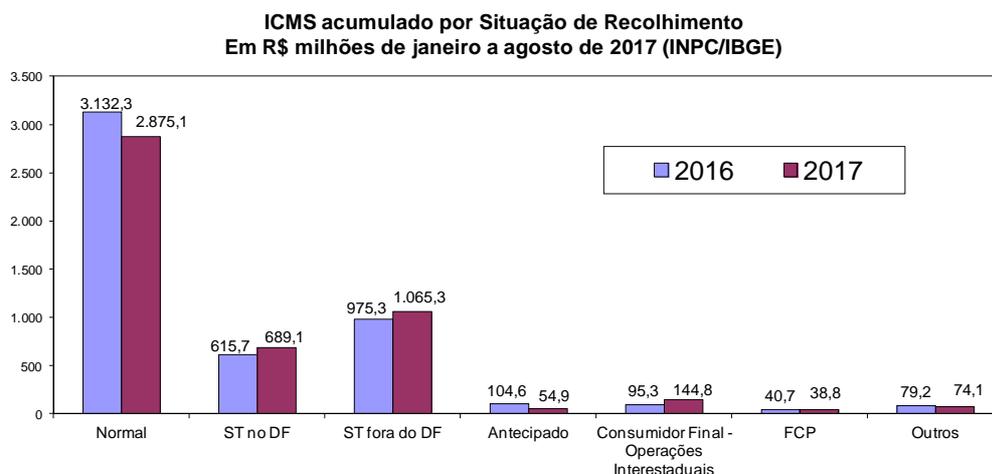
A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de agosto de 2017 com igual mês de 2016.



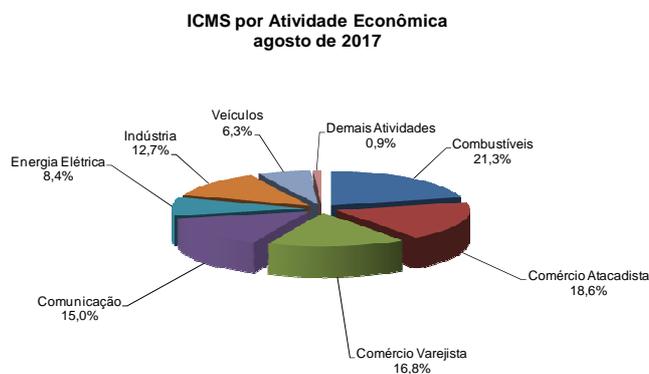
Quanto à análise acumulada no ano de 2017, o decréscimo real do ICMS totalizou R\$ 101,0 milhões, na comparação com correspondente período de 2016. Alinhado com o comportamento apresentado na apuração mensal, constataram-se perdas reais no ICMS Normal (-R\$ 257,2 milhões), Antecipado

(-R\$ 49,8 milhões) e Fundo de Combate à Pobreza (-R\$ 1,9 milhão), em contrapartida às expansões nas modalidades Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 90,0 milhões), Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 73,4 milhões) e Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 49,4 milhões).

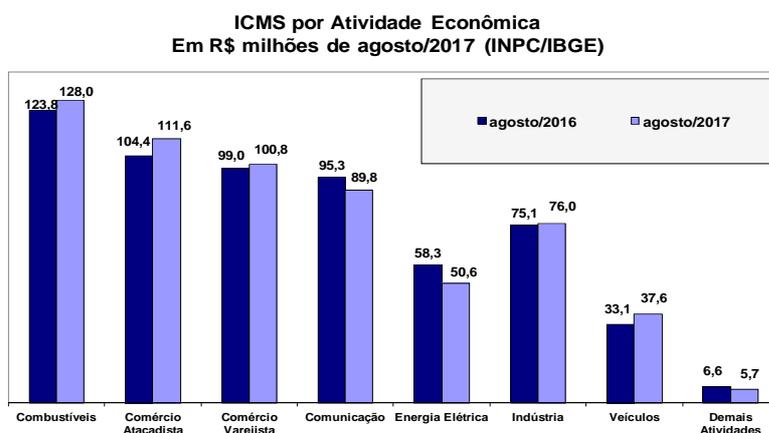
A figura seguinte ilustra a comparação acumulada no segundo quadrimestre 2017 frente a igual período de 2016.



No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em agosto de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis, com participação de 21,3%, seguido pelos Comércios Atacadista, Varejista e Comunicação, com 18,6%, 16,8% e 15,0%, respectivamente.

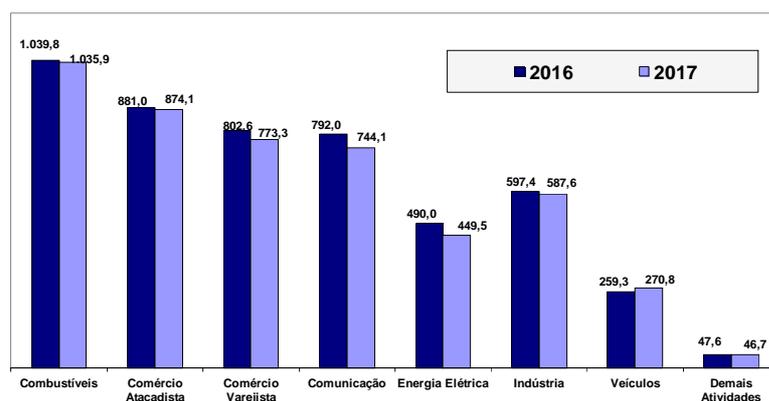


Na avaliação do desempenho real da receita de agosto de 2017 frente a correspondente mês de 2016, depreende-se que os aumentos contabilizados nos segmentos de maior representatividade na receita do ICMS acabaram por determinar o desempenho positivo do imposto. Dentre as principais evoluções, destacam-se as registradas em Comércio Atacadista (+R\$ 7,3 milhões) e Combustíveis (+R\$ 4,2 milhões), além de Veículos (+R\$ 4,5 milhões). Por outro lado, contabilizaram retrações reais os segmentos Energia Elétrica (-R\$ 7,6 milhões) e Comunicação (-R\$ 5,5 milhões).



Quanto ao desempenho acumulado até agosto de 2017 em relação a igual período de 2016, houve acréscimo de arrecadação apenas no segmento Veículos (+R\$ 11,5 milhões). As maiores perdas reais se deram em Comunicação (-R\$ 47,9 milhões), Energia Elétrica (-R\$ 40,6 milhões) e Comércio Varejista (-R\$ 29,3 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a ago)
Em R\$ milhões de agosto/2017 (INPC/IBGE)



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para os meses de agosto de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados dos períodos de janeiro a agosto de 2017 e de 2016; variações reais, mensal e acumulada; e a composição da arrecadação em agosto de 2017.

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS ¹							
ITEM	Valores Reais ² (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (agosto/2017)
	ago/17		jan-ago/17		ago/17	jan-ago/17	
	ago/17	jan-ago/17	ago/16	jan-ago/16	ago/16	jan-ago/16	
Combustíveis	128.013	1.035.893	123.769	1.039.801	3,4%	-0,4%	21,3%
Comércio Atacadista	111.627	874.079	104.363	880.996	7,0%	-0,8%	18,6%
Comércio Varejista	100.778	773.281	98.982	802.575	1,8%	-3,6%	16,8%
Comunicação	89.804	744.072	95.315	791.989	-5,8%	-6,1%	15,0%
Energia Elétrica	50.643	449.456	58.274	490.024	-13,1%	-8,3%	8,4%
Indústria	75.981	587.647	75.072	597.440	1,2%	-1,6%	12,7%
Veículos	37.577	270.776	33.073	259.306	13,6%	4,4%	6,3%
Demais Atividades	5.683	46.725	6.587	47.628	-13,7%	-1,9%	0,9%
TOTAL	600.106	4.781.929	595.436	4.909.758	0,8%	-2,6%	100,0%

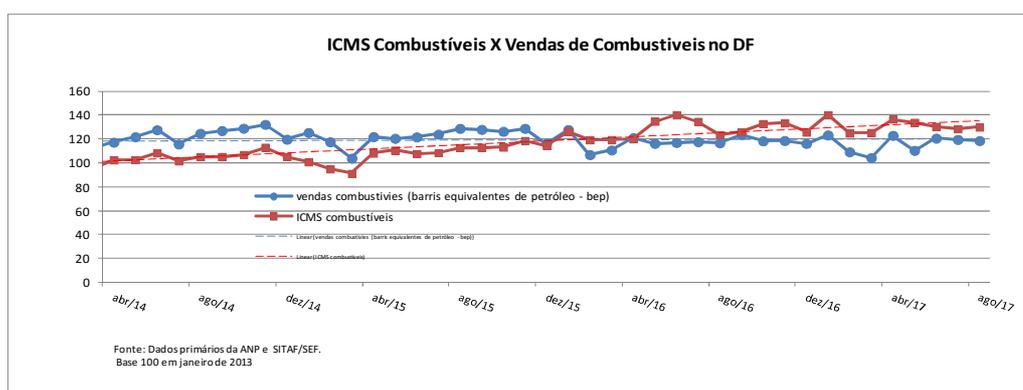
Fonte: SITAF.
Notas: 1. Valores sem incentivado.
2. Apuração com base no INPC/IBGE.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

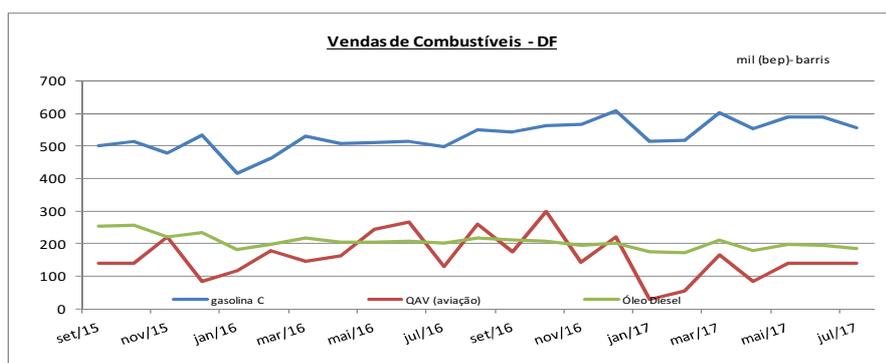
COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, foram tomadas como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim, foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de agosto em relação ao mês precedente, observa-se queda na venda de combustíveis, porém aumento na arrecadação do ICMS, refletindo os sucessivos aumentos nos preços de combustíveis cobrados nas refinarias.



Delineando o comércio de combustíveis no Distrito Federal ao longo dos últimos meses, de acordo com a ilustração abaixo, observa-se relativa estabilidade nas vendas de gasolina C, ao redor de 550 mil barris, com ligeira queda em julho de 2017; assim como para óleo diesel, em valores próximos a 200 mil barris. Já para o querosene de aviação (QAV), constata-se tendência de queda.

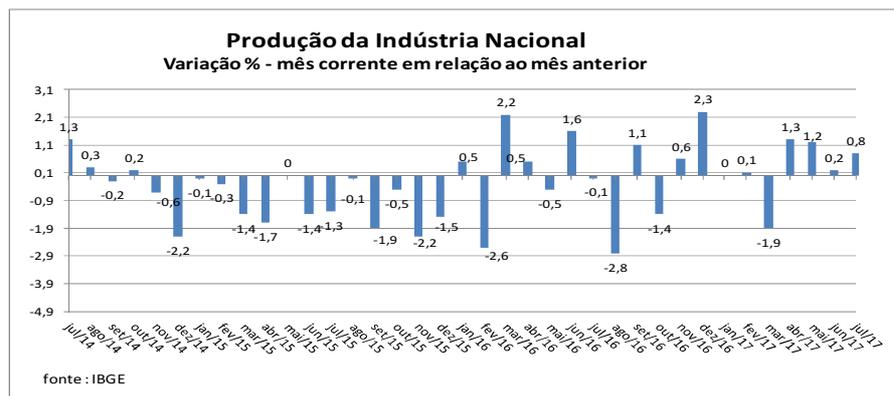


Quanto à arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela apresentada da arrecadação do ICMS por atividades selecionadas, o resultado é aumento real de 3,4% para o mês de agosto de 2017 e queda de 0,4% no desempenho acumulado de 2017.

INDÚSTRIA

Em julho, a produção da indústria brasileira registrou expansão ante o mês anterior, com variação de 0,8% na série sem influência sazonal, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme ilustração seguinte, trata-se do quarto aumento consecutivo, consignado pela última vez na série em agosto de 2012, acumulando nesse período ganho de 3,4%.

Frente a julho do ano passado, a produção industrial aumentou 2,5% em todo o País, o melhor resultado para o mês desde 2014. No índice acumulado dos sete primeiros meses de 2017, o setor industrial assinalou crescimento de 0,8%. No acumulado dos últimos doze meses, contudo, a indústria apresenta retração de 1,1%. No entanto, o ritmo da queda vem desacelerando, uma vez que, até junho, o recuo em um ano era de 9,7%.



Dos 26 ramos pesquisados pelo IBGE, 14 apresentaram resultados positivos, além de todas as quatro grandes categorias econômicas. Bens de consumo duráveis, ao avançar 2,7%, mostrou a expansão mais acentuada em julho de 2017; bens de consumo semi e não-duráveis (2,0%), de bens de capital (1,9%) e de bens intermediários (0,9%) também apontaram taxas positivas nesse mês.

No confronto com igual mês do ano anterior, o IBGE destaca que o segmento de bens de consumo semi e não-duráveis apontou crescimento de 4,2% em julho de 2017, após registrar queda de 1,7% em junho último. O desempenho nesse mês foi explicado, em grande parte, pela expansão observada no grupamento de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (5,4%), impulsionado, principalmente, pela maior produção de alguns produtos de grande peso na indústria do Distrito Federal, como cervejas, chope e carnes e miudezas de aves congeladas.

O destaque do ano para o parque industrial nacional ficou a cargo de itens de maior valor agregado, como veículos e produtos de informática. Já no período acumulado dos sete primeiros meses, a principal influência ficou a cargo das montadoras. De acordo com o IBGE, a produção de veículos, reboques e carrocerias saltou 11,6%.

A recuperação da indústria ainda está no começo, haja vista que metade dos segmentos acompanhados pelo Instituto ainda apresentaram queda em 2017, sendo que a pior influência adveio da indústria do petróleo. Com o declínio acentuado das taxas de juros, espera-se melhora na demanda. As empresas também passaram a reduzir estoques e agora vislumbram intensificar as linhas de produção. É possível que a indústria termine esse ano em alta, o que não ocorre desde 2013. Nas contas da Goldman Sachs, mesmo

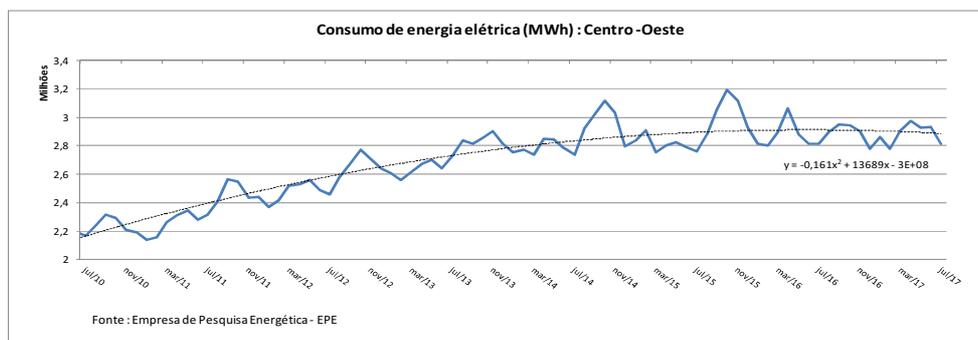
que a indústria fique estável até o fim do ano, o setor fechará 2017 com alta de 2,2%.

Quanto à arrecadação do ICMS Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de agosto de 2017 foi de acréscimo de 1,2% na comparação com o mesmo mês em 2016, e queda de 1,6% no resultado acumulado do período de janeiro a agosto de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016, variações plenamente alinhadas com o cenário nacional.

ENERGIA ELÉTRICA

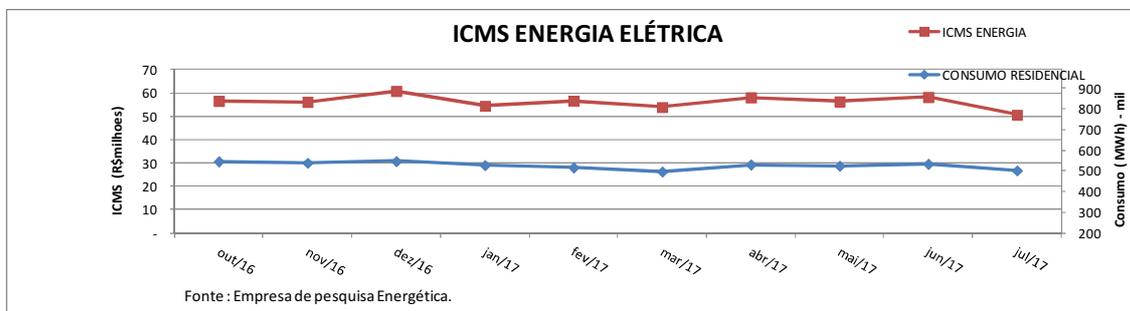
O consumo de energia elétrica na rede nacional totalizou 37.084 GWh em julho, volume 0,1% abaixo do nível registrado em igual período de 2016, bem como retração de 0,2% no acumulado em 12 meses, de acordo com Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica publicada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Para a região Centro-Oeste, houve elevação de 0,1% para julho, todavia involução de consumo nos últimos doze meses de 1,7%. De acordo com o gráfico abaixo, observa-se que o consumo de julho para a região foi o pior registrado nos últimos cinco meses.



Para o Distrito Federal, com enfoque no segmento de mais relevância, ou seja, residencial, observa-se queda no nível de consumo em julho, registrando-se o pior patamar de 2017, conforme gráfico seguinte. No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, acompanhando a redução do consumo, o resultado do mês de agosto de 2017 foi de decréscimo de 13,1% na comparação com o mesmo mês em 2016, e queda de 8,3% no

resultado acumulado do período de janeiro a agosto de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016,



VEÍCULOS

A venda de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus novos no Brasil cresceu de 1,89% em julho em relação ao mesmo período do ano passado, conforme dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave), associação que representa as concessionárias, tendo sido emplacados 184.838 carros, comerciais leves (picapes e furgões), caminhões e ônibus. Considerando os sete primeiros meses de 2017, as vendas desses veículos totalizaram 1.240 mil unidades, um expressivo aumento de 20,05% sobre igual período de 2016.

Com base nos resultados acima das expectativas, especialmente em agosto que manteve a tendência de crescimento, a associação dos fabricantes de veículos, a Anfavea, elevou a projeção de vendas domésticas este ano. A entidade estima que 2,2 milhões de automóveis, utilitários, caminhões e ônibus serão emplacados no País em 2017, uma alta de 7,3% sobre os 2,05 milhões de 2016 – a previsão anterior, até julho, era de avanço mais tímido, de 4%.

No Distrito Federal, de acordo com pesquisa mensal divulgada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), entidade que conta com 60 associados totalizando 136 concessionárias, embora tenha se registrado expressivo aumento de 14,6% nos emplacamentos de carros novos em julho de 2017 em comparação ao

verificado no mês anterior, ainda registra-se queda de 0,34% no comparativo de 2017 frente a 2016. O levantamento apontou que em julho foram emplacados 6.290 unidades (automóveis, camionetas, caminhões, micro-ônibus e ônibus) ante 6.781 em junho.

No Distrito Federal, de acordo com pesquisa mensal divulgada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), entidade que conta com 60 associados totalizando 136 concessionárias, embora tenha se registrado queda de 7,47% nas vendas de carros novos em julho de 2017 em comparação às verificadas no mês anterior, registrou-se aumento de 2,92% contra julho de 2016, maior que o acréscimo verificado em nível nacional. O levantamento apontou que em julho foram comercializadas 5.355 unidades (automóveis, camionetas, caminhões, micro-ônibus e ônibus) ante 5.787 em junho. Somando-se motocicletas, implementos rodoviários e outros, foram comercializadas 6.290 unidades em julho, redução de 7,24% em relação às 6.781 unidades comercializadas em junho de 2017, mas incremento de 4,76% sobre as 6.004 unidades comercializadas no mesmo mês de 2016.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de agosto de 2017 foi de acréscimo de 13,6% na comparação com o mesmo mês em 2016, acompanhando o aumento das vendas, e acréscimo de 4,4% no resultado acumulado do período de janeiro a agosto de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

VENDAS NO VAREJO

Em julho de 2017 o volume de vendas do comércio varejista nacional teve variação nula (0%), influenciado pela queda na comercialização de combustíveis, após acumular 2,2% em três meses consecutivos de expansão, na série com ajuste sazonal. Mesmo com o comportamento positivo dos últimos meses, o patamar das vendas de julho de 2017 encontra-se 8,7% abaixo do nível recorde alcançado em novembro de 2014, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada em 12/09 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

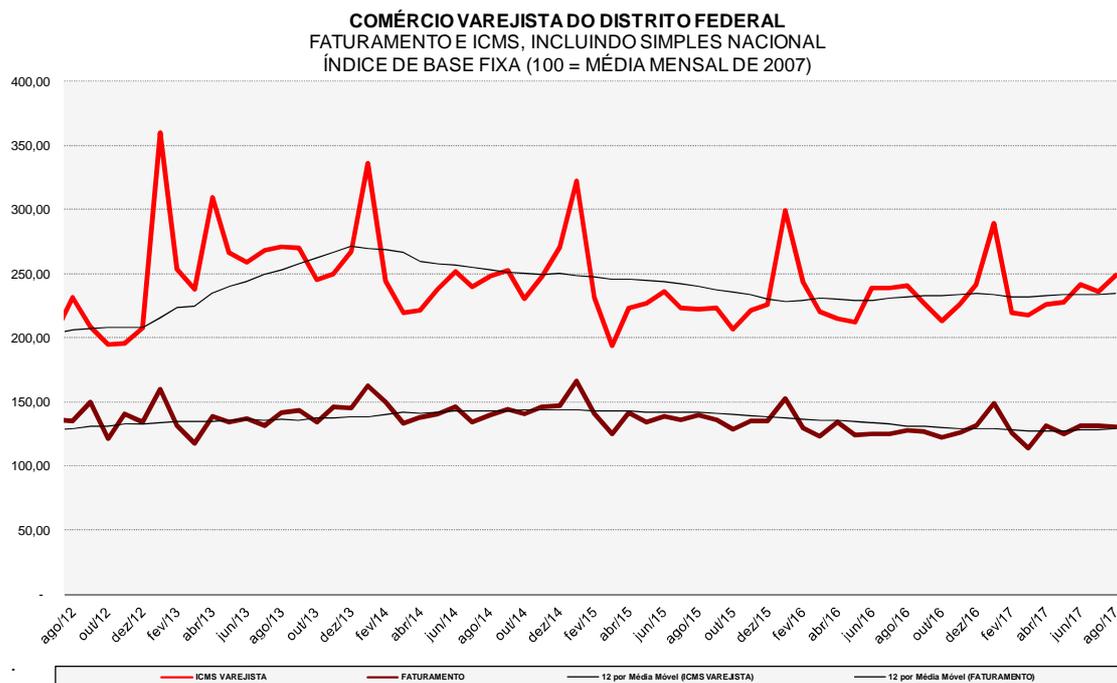
Na comparação com mesmo mês de 2016, as vendas tiveram alta de 3,1%, o melhor resultado nessa base de comparação desde maio de 2014. Setorialmente, na comparação interanual, houve predomínio de taxas positivas entre as atividades pesquisadas, com destaque para as vendas de tecidos, vestuário e calçados (15,5%) e móveis e eletrodomésticos (12,7%). Com isso, o indicador acumulado nos últimos doze meses, ainda que negativo (-2,3%) manteve a redução do ritmo de queda, iniciada em outubro de 2016 (-6,8%). O dado de junho foi revisado de alta de 1,2% para 0,9%.

No Distrito Federal, conforme quadro abaixo, as vendas tiveram queda de 5,6% na comparação com mesmo mês de 2016 e redução de 7,6% no acumulado de 2017 ante 2016. O segmento de móveis se destacou com crescimento de 50,9%, seguido de eletrodomésticos com aumento de 4,3%. Por outro lado, as quedas em equipamento e materiais para escritório, informática e comunicação (-33,3%), combustíveis e lubrificantes (-9,6%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,6%), entre outras, determinaram o desempenho negativo do volume de vendas do setor.

Variação de volume de vendas no comércio varejista			
Atividades	Mês(%)	Ano(%)	12 Meses(%)
Móveis	50,9	11,2	-2,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-33,3	11,0	14,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	0,8	-2,2	-6,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,4	0,7	-1,6
Tecidos, vestuário e calçados	1,8	0,6	-2,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-10,7	-5,3	-9,7
Eletrodomésticos	4,3	-3,3	-3,9
Combustíveis e lubrificantes	-11,6	-9,1	-6,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-9,6	-14,6	-14,1
TOTAL	-5,6	-7,6	-8,0
Fonte : PMC IBGE			

Quanto à arrecadação do ICMS Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de agosto de 2017 foi aumento de 1,8% na comparação com o mesmo mês em 2016, e decréscimo de 3,6% no resultado acumulado do período de janeiro a agosto de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS no Distrito Federal mostrou elevação em agosto de 2017, enquanto que o faturamento apresentou leve declínio. Na ampliação da análise, considerando a média móvel de doze períodos, depreende-se que, a partir de 2016, a receita do ICMS varejo apresenta pequena ascensão, ao passo que a receita nominal de vendas reporta suave declínio.



ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS em nível nacional, incluindo dívida ativa, multas e juros e Simples Nacional, apresentou aumento real de 1,26% no período acumulado de janeiro a julho de 2017, comparado com o mesmo período de 2016. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou decréscimo de 2,27%, ocupando a 24ª posição no ranking nacional de desempenho entre as 27 Unidades Federadas. No acumulado do primeiro semestre, o DF ocupou a 23ª colocação. Na Região Centro-Oeste, o DF apresentou a segunda pior posição, conforme tabela a seguir.

ICMS Acumulado de Janeiro a Julho (em R\$ milhões de julho/2017 - INPC/IBGE)

UNIDADE FEDERADA			2016	2017	Varição (em %)
1º	RN	Rio Grande do Norte	2.599,2	2.958,3	13,81%
2º	PR	Paraná	15.848,2	17.516,1	10,52%
3º	SC	Santa Catarina	10.351,4	11.095,9	7,19%
4º	AM	Amazonas	4.181,8	4.455,1	6,54%
5º	AP	Amapá	413,5	440,0	6,41%
6º	SE	Sergipe	1.768,2	1.842,3	4,19%
7º	BA	Bahia	11.466,6	11.922,9	3,98%
8º	MT	Mato Grosso	5.752,5	5.972,3	3,82%
9º	PE	Pernambuco	7.861,0	8.145,9	3,62%
10º	PI	Piauí	2.036,3	2.108,9	3,57%
11º	PB	Paraíba	2.861,7	2.961,2	3,48%
12º	CE	Ceará	6.118,1	6.319,2	3,29%
13º	AC	Acre	602,7	620,8	3,01%
14º	MG	Minas Gerais	24.726,5	25.272,0	2,21%
15º	RS	Rio Grande do Sul	18.100,8	18.461,8	1,99%
16º	RR	Roraima	410,7	416,8	1,49%
17º	AL	Alagoas	2.059,8	2.071,8	0,58%
18º	TO	Tocantins	1.406,9	1.405,0	-0,13%
19º	RO	Rondônia	1.889,5	1.884,4	-0,27%
20º	SP	São Paulo	75.023,4	74.432,0	-0,79%
21º	MA	Maranhão	3.530,0	3.499,3	-0,87%
22º	GO	Goiás	8.500,0	8.416,6	-0,98%
23º	ES	Espírito Santo	5.348,2	5.241,3	-2,00%
24º	DF	Distrito Federal	4.628,2	4.523,4	-2,27%
25º	MS	Mato Grosso do Sul	4.897,5	4.766,3	-2,68%
26º	PA	Pará	6.039,1	5.807,1	-3,84%
27º	RJ	Rio de Janeiro	19.740,9	18.725,8	-5,14%
BRASIL			248.163,0	251.282,3	1,26%

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em agosto de 2017 totalizaram R\$ 31,3 milhões, que representa um acréscimo de 1,3% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve acréscimos de 3,9% para o ICMS, porém retração de 1,9% para o ISS.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Março/2017	14.793.500,00	133.170	11.839.172,20	128.703	26.632.672,20
Abril/2017	16.237.489,67	133.626	12.883.705,09	129.533	29.121.194,76
Maio/2017	16.708.899,32	135.212	12.590.670,98	131.484	29.299.570,30
Junho/2017	16.397.095,99	136.413	12.078.087,53	132.815	28.475.183,52
Julho/2017	17.081.241,65	137.444	13.860.765,54	134.069	30.942.007,19
Agosto/2017	17.743.768,28	139.447	13.594.102,17	136.796	31.337.870,45

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

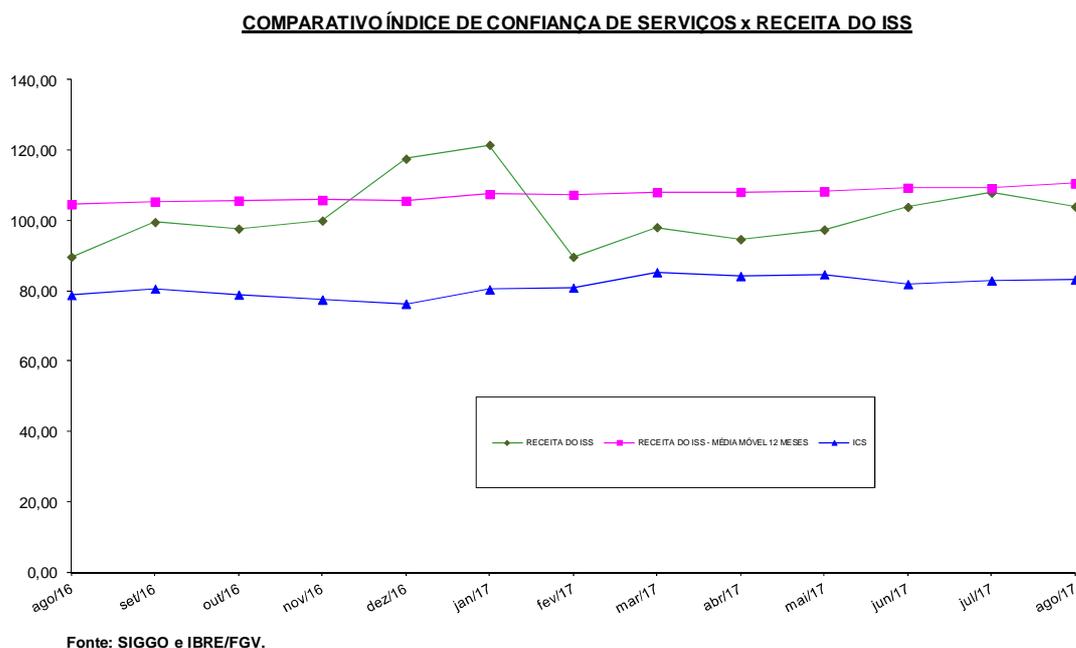
ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de agosto de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços - ISS contabilizou o montante de R\$ 132,7 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 15,9% na arrecadação, correspondente a um ganho real de 13,9%.

No período de janeiro a agosto de 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 1.043,3 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 7,2% e ganho real de 3,5%.

Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até agosto de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



O Índice de Confiança de Serviços – ICS registrou alta de 0,3 ponto em agosto. Com essa segunda alta consecutiva, o índice recuperou a metade da perda de 2,8 pontos observada no mês de junho. Por sua vez, a receita do ISS apresentou queda em agosto com relação ao mês anterior.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passa a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de agosto de 2017, o cadastro fiscal do DF possuía 165.813 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

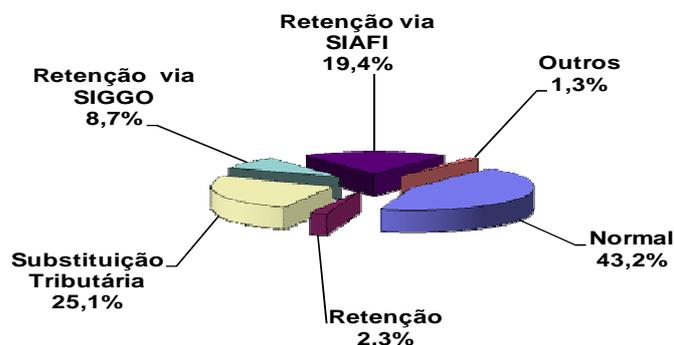
AGOSTO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	771	11.390	1.178	2.233	1.217	375	4.015	723	5.097	127	27.126
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.280	17.383	12.715		12.732	4.643	8.271	5.693	21.275	1.779	89.771
5) SIMPLES NACIONAL	2.145	15.309	3.648	12	3.644	1.308	6.295	2.124	12.080	460	47.025
6) Sociedades Uniprofissionais	2	793	6	7	4	1	63	5	69	1	951
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				56							56
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	758	4		1			2	780
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF				52						1	53
TOTAL	8.202	44.888	17.549	3.165	17.601	6.327	18.645	8.545	38.523	2.368	165.813
PARTICIPAÇÃO	4,95%	27,07%	10,58%	1,91%	10,61%	3,82%	11,24%	5,15%	23,23%	1,43%	100,00%

No comparativo com o mês anterior houve um aumento de 2.249 inscrições no total de contribuintes do ISS, com destaque para o SIMEI-Microempreendedor Individual e para o Simples Nacional, com acréscimos de 1.779 e 948 novas inscrições, respectivamente.

Em termos de participação por localidade, 27,1% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,2% na circunscrição de Taguatinga e 49,7% nas demais localidades. Do total de inscrições, 54,1% estão no SIMEI, 28,4% no Simples Nacional, 16,4% no Regime Normal de Apuração e apenas 1,1% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em agosto de 2017, o ISS Normal respondeu por 43,2% dos ingressos do imposto, a Substituição Tributária por 25,1% e a Retenção via SIAFI por 19,4%.

ISS por Situação de Recolhimento agosto de 2017



Verifica-se na tabela abaixo que, em agosto de 2017, todas as modalidades do ISS por situação de recolhimento apresentaram crescimento

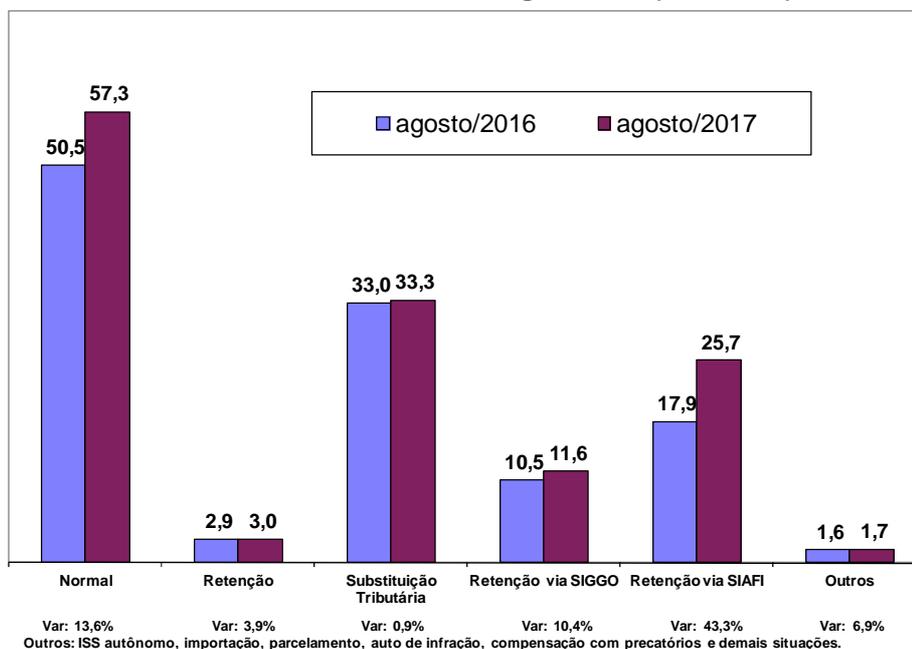
de arrecadação na comparação com agosto de 2016. Quanto ao resultado acumulado no período de janeiro a agosto de 2017, em comparação com igual período do ano anterior, houve aumento real em todas as modalidades, com exceção da Substituição Tributária.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (ago-17)
	ago/16	jan-ago/16	ago/17	jan-ago/17	ago/17	jan-ago/17	
					ago/16	jan-ago/16	
Normal	50.466	434.703	57.311	445.522	13,6%	2,5%	43,2%
Retenção	2.931	23.435	3.047	24.301	3,9%	3,7%	2,3%
Substituição Tributária	33.039	262.344	33.344	260.634	0,9%	-0,7%	25,1%
Retenção via SIGGO	10.506	80.101	11.603	83.160	10,4%	3,8%	8,7%
Retenção via SIAFI	17.929	194.015	25.700	210.105	43,3%	8,3%	19,4%
Outros	1.621	15.647	1.733	22.074	6,9%	41,1%	1,3%
Total da Arrecadação	116.491	1.010.244	132.738	1.045.797	13,9%	3,5%	100,00%

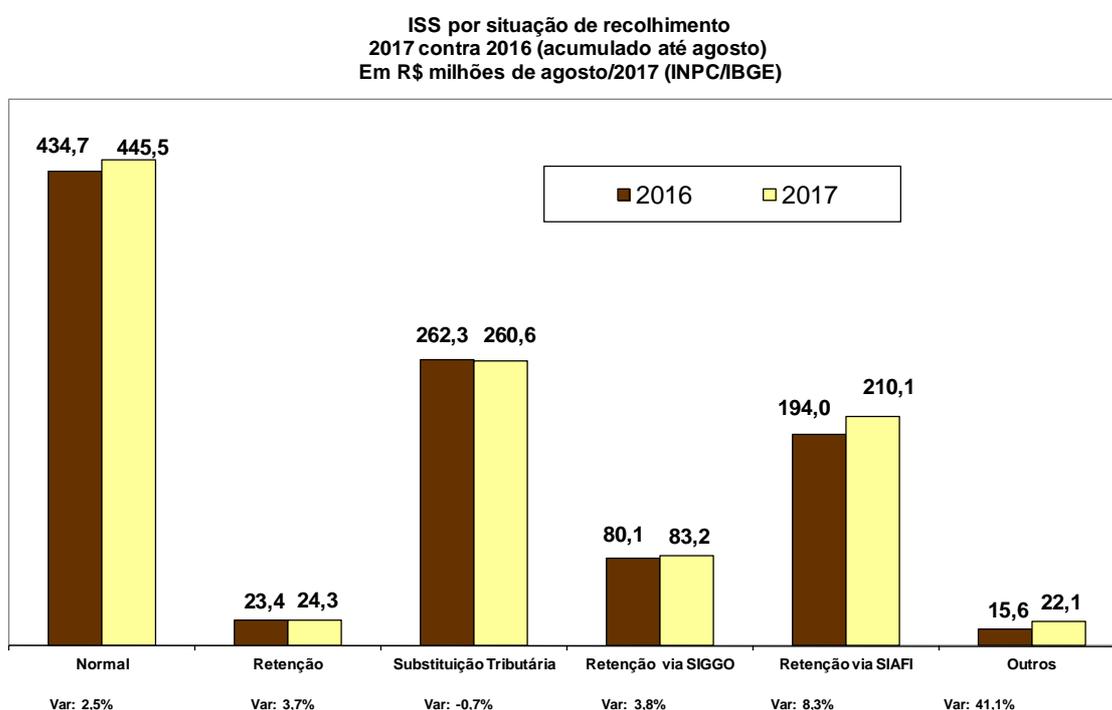
Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

Com relação ao aumento real do ISS de R\$ 16,2 milhões em agosto de 2017 em comparação com agosto de 2016, verifica-se que esta se deveu principalmente aos aumentos observados nas Retenções via SIAFI (+R\$ 7,8 milhões) e Normal (+R\$ 6,8 milhões).

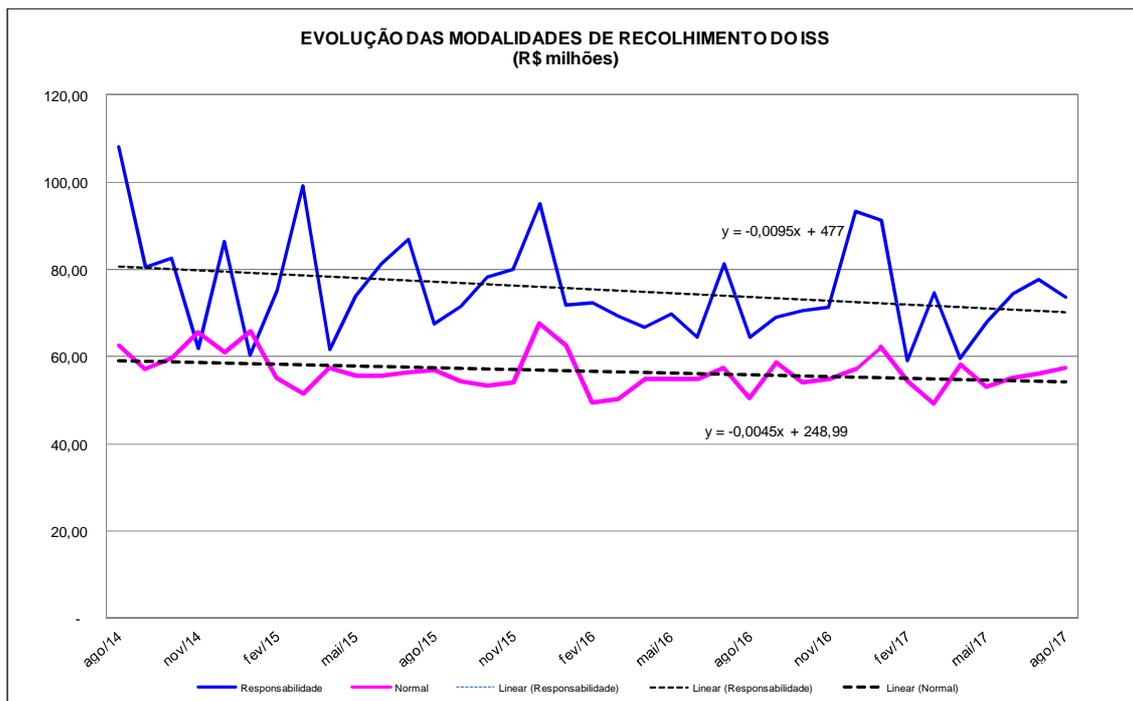
ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de agosto/2017 (INPC/IBGE)



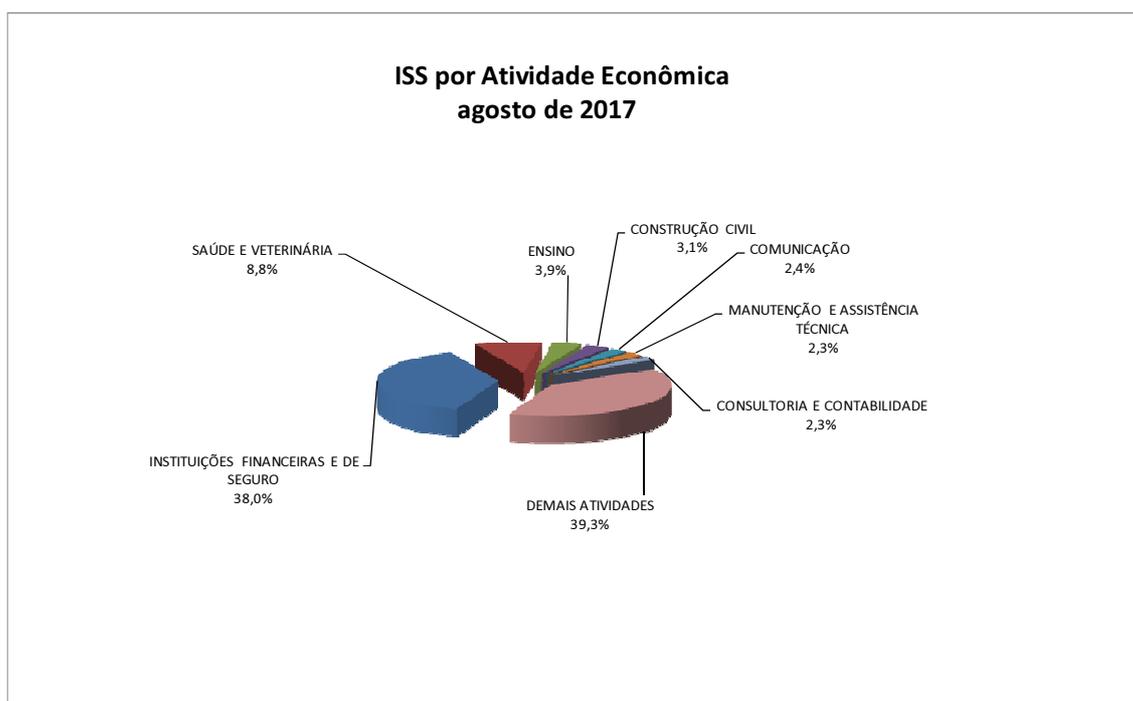
A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a agosto de 2017 com o mesmo período do ano anterior pelas principais formas de recolhimento. Conforme apontado anteriormente, observa-se acréscimo real de receita para a maioria das modalidades, excetuando-se o decréscimo real da Substituição Tributária (-R\$ 1,7 milhão). Dentre os principais acréscimos destacam-se a Retenção Via SIAFI (+R\$ 16,1 milhões), ISS Normal (+R\$ 10,8 milhões), e a Importação (+R\$ 5,3 milhões).



O gráfico seguinte mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, na modalidade Normal e nas modalidades sob responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO). Apesar do acréscimo de arrecadação apresentado pela modalidade Normal em agosto de 2017, ambas as modalidades apresentam tendência declinante, sendo que essa tendência da modalidade Normal é mais suave.

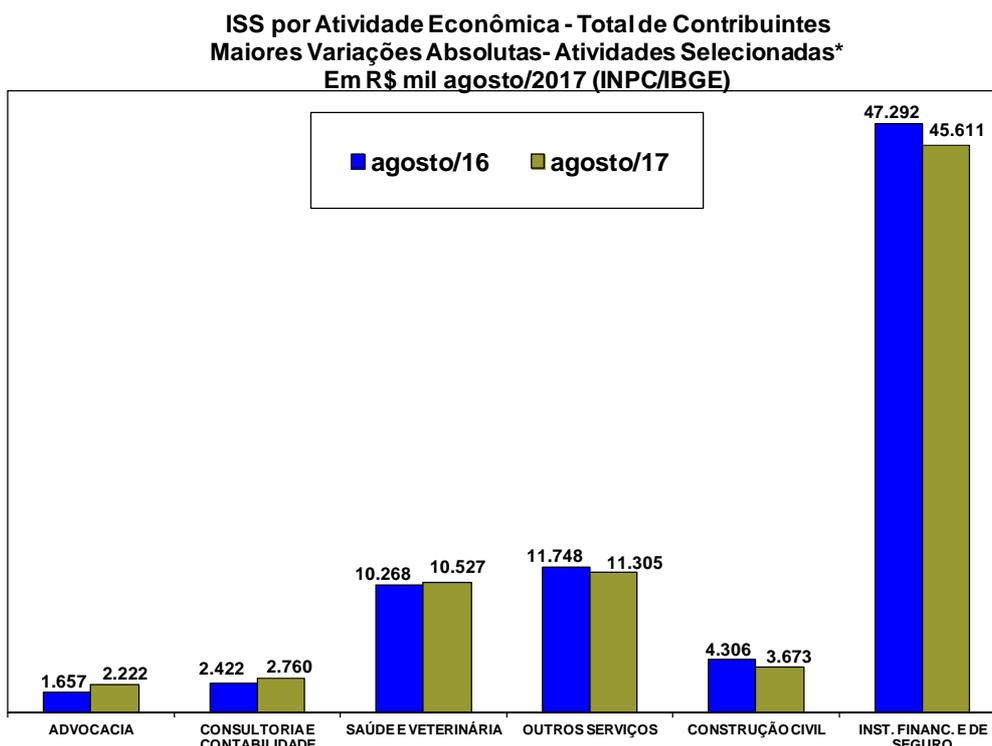


Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em agosto de 2017, verifica-se pelo gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto permanece no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro de 38,0%, seguido pelos segmentos de Saúde e Veterinária de 8,8, e Ensino de 3,9%.



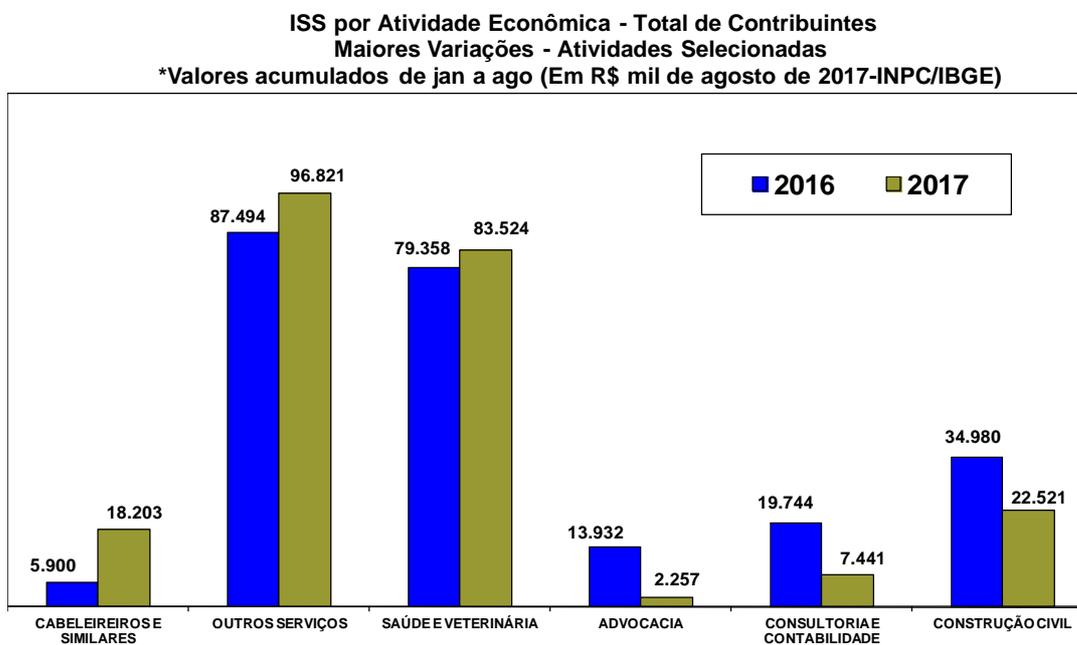
Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizada pelas principais atividades econômicas, na comparação mensal. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na avaliação da arrecadação dos segmentos econômicos de agosto de 2017 com o correspondente mês do ano anterior, verifica-se que os principais acréscimos se deram nas atividades de Advocacia (+R\$ 565,0 mil), Consultoria e Contabilidade (+R\$ 337,8 mil) e Saúde e Veterinária (+R\$ 258,5 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos Outros Serviços (-R\$ 443,5 mil), Construção Civil (-R\$ 633,4 mil) e Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 1.681,9 mil).



Na comparação de 2017 frente a 2016 com dados acumulados até agosto, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos Cabeleireiros e Similares (+R\$ 12,3 milhões), Outros Serviços (+R\$ 9,3 milhões) e Saúde e Veterinária (+R\$ 4,2 milhões). Por outro lado,

apresentaram decréscimos Advocacia (-R\$ 11,7 milhões), Consultoria e Contabilidade (-R\$ 12,3 milhões) e Construção Civil (-R\$ 12,5 milhões).



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(08 agosto 2017 – Séries Históricas.xls)